

AGRICULTURA FAMILIAR E LETRAMENTO

Fabiano Garcia – UFSC
f.garcia7@hotmail.com
CAPES/CNPq

Eixo 9. Alfabetização e letramento nos anos iniciais (ensino de nove anos, progressão continuada, processos de alfabetização e letramento).

Resumo: Este trabalho apresenta algumas reflexões suscitadas a partir do subprojeto *Agricultura Familiar e Letramento*, desenvolvido no município de Santa Rosa de Lima/SC, especificamente na Escola Municipal Centro Educacional Santa Rosa de Lima. São questões formuladas, principalmente a partir de viagens realizadas ao município e levantamento bibliográfico realizado em pouco mais de um ano de trabalho. A partir dos conceitos de Letramento (Ribeiro, 2009), Educação do Campo (MUNARIN, 2010), Reinvenção do campo brasileiro (SAUER, 2010), este trabalho desenvolve uma breve análise sobre o contexto geral da agricultura familiar e sua importância social, política, ambiental no quadro geral do campo brasileiro e também destaca a importância da compreensão do processo de alfabetização e letramento para a Educação do campo, realizando assim uma pequena abordagem sobre temas que atualmente demonstram grande potencial para analisar o mundo rural como lugar de futuro. O subprojeto está submetido ao Projeto *Realidade das escolas do campo no sul do Brasil: Diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores*, organizado na modalidade de núcleos em rede entre a Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Pelotas e Universidade Tuiuti do Paraná.

Palavras Chave: Educação do Campo – Agricultura Familiar - Letramento

Apresentação

Para a organização do projeto “Realidade das escolas do campo na região sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores”, foram selecionadas dezoito escolas do campo da região sul, sendo seis em cada Estado. Em Santa Catarina, as escolas selecionadas são dos municípios de: Curitibanos, Campo Belo do Sul (02 escolas), São Bonifácio, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima. O subprojeto apresentado e discutido a seguir, está ligado diretamente ao último município, localizado nas encostas da Serra Geral do Estado e conhecido pela produção de alimentos orgânicos provenientes, sobretudo, da agricultura familiar, o que resultou no seu reconhecimento como a Capital catarinense da Agroecologia.

No município de Santa Rosa de Lima atualmente vivem 2.065 habitantes, sendo que 1.547 pessoas, ou seja, aproximadamente 75% da população total, residem em área rural¹ e

¹ Governo Federal. IBGE – Censo demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: jul. 2012.

muitos produzem a partir do modelo agrofamiliar. Além de outros fatores, colaboram para este tipo de produção a formação geográfica da região e também as características da colonização no Sul do país que, diretamente ou indiretamente, colaboraram para não concentração de terras e a não formação de latifúndios e monocultivo. Como lembra João Pedro Stédile (2005, p.25) “parte dos imigrantes foi para o sul do país, pela maior disponibilidade de terras e pelo clima, recebendo lotes de 25 a 50 hectares [...]”.

A partir desta breve apresentação é possível supor que o contexto dos Santa Rosa Limenses, de alguma forma, está muito vinculado as formas de pensar e se relacionar com a terra com características próprias do seu estilo de vida, de como organizam a sua propriedade e sua produção, das suas relações de trabalho e demais relações sociais. Portanto, levando em consideração as características locais do município, destaca-se a relevância deste processo de organização social, econômica, cultural e política em torno da agricultura familiar, uma vez que é predominante e envolve outras questões como a preservação do meio ambiente, a preocupação com a saúde alimentar, geração de renda familiar, cooperativismo, entre outras, o que valoriza o meio rural como lugar de trabalho, solidariedade, identidade e também como lugar de futuro.

A agricultura familiar no contexto nacional

O modelo agrofamiliar, embora com distintas características, sempre se manteve presente em diferentes períodos econômicos do país. Conforme Lincoln Secco (2008, p.219): “perfeitamente inserida nos circuitos capitalistas, a agricultura familiar se manteve em todos os ciclos da nossa economia”. Atualmente representa 33% do PIB do agronegócio, ou seja, 10% do PIB nacional, e ainda é responsável por 87% da produção brasileira de mandioca, 70% do feijão, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 46% do milho e 38% do café, sendo que cerca de 70% dos alimentos que vão pra mesa dos brasileiros são produzidos pela agricultura familiar,² restando poucas dúvidas quanto a sua importância, tanto pelo caráter econômico, como social.

Dado a sua visibilidade, vários segmentos vem discutindo suas potencialidades. Os setores privados, por exemplo, e, sobretudo, arautos do neoliberalismo e do capitalismo financeiro, valorizam a capacidade produtiva desse modelo e introduzem aparatos para tentar englobá-la em seu processo econômico, caracterizando a terra como negócio. Essas propostas em sua grande maioria colaboram para a manutenção da desigualdade no campo brasileiro e

² FLORENCE, Afonso. O plano safra 2011/2012 e a organização da economia na agricultura familiar. *Carta Maior*. Disponível em: < http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18047 >. Acesso em Jul. 2012.

conforme Sérgio Sauer (2010, p.120), “levando em consideração apenas o conceito econômico de produtividade, é possível a existência de uma propriedade produtiva que não cumpra a sua função social”. Nesse sentido, o Banco Mundial é uma dessas instituições que se preocupa enquanto órgão financeiro internacional em fazer frente às propostas de política agrária de cunho estritamente econômico. Segundo João Pereira:

São dois os objetivos centrais dessa política: a) aliviar seletivamente a pobreza rural, especialmente em situações onde as tensões sociais no campo possam atingir níveis preocupantes para a segurança do capital privado e/ou a manutenção da ordem política vigente; b) mercantilizar o acesso à terra, por meio da mudança neoliberal do aparato regulatório, de modo a favorecer o livre fluxo de força de trabalho no campo, estimular o investimento privado na economia rural e potencializar a integração subordinada de parcelas pontuais do campesinato ao circuito agroindustrial, comandado por grandes e médias empresas.³

Por outro lado, em função dessa importância econômica e social, políticas públicas também começaram a ser implementadas para o setor da produção familiar, a exemplo da lei n.11.326, em 2006, que ficou conhecida como lei da “agricultura familiar”. Essa lei estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e dos empreendimentos familiares rurais, ao mesmo tempo em que são definidas algumas conexões com a política agrária. Nesta definição legal, o agricultor familiar passou a ser considerado aquele que pratica atividades no meio rural, mas com uma série de requisitos: não deter área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar a mão-de-obra da família; renda originada no próprio estabelecimento, entre outras.

É importante ressaltar ainda que o conceito de agricultura familiar no Brasil é bastante amplo e vem sendo utilizado, de políticas públicas a trabalhos acadêmicos, com definições bastante abrangentes. No contexto brasileiro, pode-se dizer que a realidade do campo, de fato, é marcada pela pluralidade e também pela diversidade. Segundo Iara Altafin:

É nesse contexto que o termo **agricultura familiar** se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade. Ele é utilizado como um guarda chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão-de-obra e de gestão empregadas.⁴

³ PEREIRA, João M. M. A política agrária do Banco Mundial em questão. *Estudos avançados*. vol.20 no.57 São Paulo Mai/Aug. 2006 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200024>. Acesso em jul. 2012.

⁴ ALTAFIN, Iara. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Disponível em: <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturafamiliar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf/view> . Acesso em: jul. 2011.

Merece destaque também, ainda no âmbito da política pública voltada ao pequeno agricultor, alguns princípios, como é o caso da descentralização, da sustentabilidade ambiental, social e econômica, além do apoio à participação do agricultor na implementação da política voltada à agricultura familiar e da disponibilização de recursos para habitação, seguro, legislação sanitária e previdenciária⁵; Elementos de bastante relevância, pois o sistema agro familiar, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida à família do meio rural, também garante uma relação de sustentabilidade muito maior com os recursos naturais disponíveis.

Desta forma, o modelo agro familiar acaba sendo pleiteado, por um lado pelo setor privado (leia-se capital internacional financeiro), que procura guardar seus interesses e aumentar seu espaço de hegemonia, visando apenas extrair benefícios de ordem econômica e produtiva, e de outro lado, por movimentos sociais e políticas públicas de caráter mais progressista que visam, além de compreender seu potencial econômico, preservar a dignidade daqueles que vivem no campo e defender, de forma primordial, a agricultura familiar a partir do ponto de vista social, já que para os agricultores familiares a terra é, sobretudo, o seu meio de existência e trabalho.

Educação do Campo, Alfabetização e Letramento

Um dos princípios levantados no processo de alfabetização, a partir de Paulo Freire (1994, p.20), é que a “leitura de mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”. Deste modo, materiais didáticos e modelos de alfabetização distantes da realidade dos educandos, são esvaziados de significado, e apesar de colaborar com o processo de leitura e escrita, não consegue dar conta de ir adiante, no sentido de permitir o educando ler, escrever e repensar o mundo em sua volta.

Nesse sentido, levando em consideração as peculiaridades presentes no contexto social, econômico, político e cultural de Santa Rosa de Lima, podemos refletir de que forma a leitura de mundo dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem é valorizada dentro do espaço escolar. Além disso, podemos nos perguntar como estes compreendem essas questões ligadas a Educação do Campo, já que “na educação e pedagogia do campo, parte-se da particularidade e singularidade dada pela realidade de homens e mulheres que produzem suas vidas no campo”. (FRIGOTTO, 2010, p.36). Lembrando ainda que “a identidade da escola do

⁵ BRASIL. *Lei 11.326 de 2006* Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm Acesso em jul. 2012.

campo é definida não exclusivamente pela sua situação espacial não urbana, mas prioritariamente pela cultura, relações sociais, ambientais e de trabalho dos sujeitos do campo que a frequentam”. (MUNARIN, 2010, p.12).

Dado que vivemos em uma sociedade altamente grafo cêntrica, ou seja, centrada na palavra escrita, é importante levar em consideração os resultados obtidos no processo de alfabetização e letramento, visto seu potencial, tanto na esfera individual como também para a comunidade. Vera Masagão Ribeiro (2009, p.15) ressalta que:

o domínio das habilidades de compreensão de textos escritos tem implicações práticas significativas, que vão além da possibilidade de acessar esses textos, integrando padrões de comportamento e valores mais amplos que representariam um importante benefício tanto para os indivíduos quanto para a coletividade [...]

Assim, é possível questionar também de que forma esta concepção do processo de letramento, definido por Magda Soares (2003, p.90) como “a competência (habilidades, conhecimentos, atitudes), do uso efetivo dessa tecnologia nas práticas sociais que envolvem a língua escrita”, pode vir a auxiliar os educadores no processo de ensino-aprendizagem no contexto da educação do campo. Uma das hipóteses do projeto “Realidade das escolas do campo na região sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores”, trata da formação do professor, a sua prática, seu nível de leitura e condições de letramento e os conhecimentos teórico-metodológicos dos processos de alfabetização e letramento, como elementos que interferem na aprendizagem dos alunos e, portanto, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Nesse sentido, um dos fatores, entre vários outros, que podem estar implicados nos baixos resultados das avaliações escolares, tanto internas como externas, está vinculado a um processo de alfabetização que não consegue obter resultados satisfatórios quanto à capacidade interpretativa dos educandos, sendo esta uma lamentação constante dos educadores, tanto nas séries iniciais quanto ao longo da trajetória escolar. Esse processo também se repete no Centro Educacional Santa Rosa de Lima, segundo os próprios educadores. Que elementos, afinal, podem influenciar na capacidade de interpretação dos alunos? De que maneira a leitura de mundo destes está sendo valorizada no processo de alfabetização e letramento? Identificá-los é um dos objetivos deste subprojeto – compreendendo os limites e as potencialidades no interior de processo de alfabetização e letramento da escola, pensando também, de que forma

a agricultura familiar e a identidade local estão presentes ou ausentes dentro de sala de aula, e se estão: por que razão? Conforme lembra Roseli Caldart (2010, p.164):

Em nossa síntese atual, no presente momento histórico não se trata de diluir o espaço específico da escola, mas de transformá-lo em suas finalidades, superando o seu isolamento das práticas sociais e organizando-o como lugar de formação humana emancipadora.

Primeiras impressões de trabalho.

Foram aproximadamente quarenta e oito encontros entre março de 2011, até Junho de 2012. Destes, a maioria reuniões do núcleo do Observatório de Educação II, na Universidade Federal de Santa Catarina. Somam-se ainda oito viagens realizadas aos municípios de Santa Rosa de Lima, algumas participações em eventos (II Seminário de Educação do Campo/Encontro Observatório de Educação do Campo – Pelotas/RS).

Neste tempo de trabalho, foi possível: **01)** adentrar nas discussões da Educação do Campo das quais a maioria dos bolsistas não tinham domínio; **02)** conhecer o município de Santa Rosa de Lima, bem como a escola participante do projeto, educadores, alunos, técnicos, alguns agricultores e representações políticas locais; **03)** refletir sobre as questões envolvendo a agricultura familiar, levantando referências bibliográficas e avançando nas discussões da questão agrária brasileira. Foi possível ainda **04)** estudar o conceito de alfabetização e letramento e sua importância para a formação dos professores e alunos; **05)** dar início as atividades formação de professores da escola, atualmente em andamento na formação do Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Santa Rosa de Lima e por último, **06)** reunir diversas informações de campo, que ainda estão na esfera informal, visto que o instrumental de pesquisa (entrevistas) está sendo formulado para aplicação entre o segundo semestre de 2012 e primeiro semestre de 2013.

Dentre algumas constatações realizadas nas primeiras impressões de campo, pudemos verificar a falta de conhecimento dos educadores em relação à categoria Educação do Campo. O que nos remete, por um lado, a precarização do trabalho dos educadores do campo e ausência de formação continuada, e por outro, reflete o contexto histórico em que vivemos - marcado pela globalização, pelos discursos em defesa da modernidade ou pós-modernidade, logo, da urbanização e a errônea conclusão a respeito do fim do mundo rural, o que acaba gerando uma crise em torno da identidade local. Sérgio Sauer, citando a autora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, destaca que:

O desfecho dos processos recentes de transformação não é o fim do rural e a urbanização completa do campo. As transformações do rural, intensificadas pelas trocas materiais e simbólicas com o urbano, fazem emergir uma nova ruralidade, sendo que o espaço local é, por excelência, o lugar de convergência entre o urbano e o rural. (SAUER, 2010, p.33).

Desta forma, os encontros realizados com os professores da rede pública e as discussões realizadas em torno da Educação do Campo cumprem um importante papel de dar início ao debate que até então estava ausente por diversas razões. Além disso fortalece a relação entre a Universidade e a Educação Básica. Temas como a identidade, a importância da agricultura familiar no contexto sócio-econômico brasileiro, foram transformando-se em questionamentos e reconhecimento dos educadores, daquilo que, conforme uma das educadoras de Santa Rosa ressaltou, “sempre esteve ali, mas nunca tinha sido questionado e valorizado”⁶. Esse processo de distanciamento e estranhamento do cotidiano, realizado pelos educadores, configura-se como um dos poucos momentos em que, coletivamente, estes discutem a escola e os desafios encontrados no seu dia a dia.

Em relação ainda aos educadores e as leituras realizadas sobre Educação do Campo, nota-se também uma grande distância entre o discurso acadêmico e as condições materiais de acesso dos educadores dos conceitos utilizados em textos teóricos da Universidade. Conceitos como globalização, modernização do campo, projeto societário hegemônico e contra-hegemônico, neoliberalismo, desenvolvimento conservador, conciliação de classes, muitas vezes, não são assimilados pelos professores da rede pública, denunciando novamente, em primeira instância a precariedade da formação dos professores, fato que já é constatado pela desvalorização presente na sociedade em relação à educação e também as barreiras que ainda não foram destrinchadas entre o conhecimento produzido na Universidade, estritamente acadêmico e o conhecimento compartilhado em sala de aula nas escolas da rede pública.

Ainda assim foi possível constatar nos educadores envolvidos na atividade de formação, ânimo e motivação para repensar o trabalho e adquirir novos conhecimentos. Em atividade coordenada pela professora Doutora Lucena Dall'alba no dia quatro de Junho deste ano, os educadores descreveram quais os seus desejos em relação à escola. Desejos como “continuar ser educador da vida”, “Mais Democracia”, “Educação para todos e com qualidade” e “Ampliação do conhecimento”, foram alguns dos anseios manifestados pelos educadores que mesmo nas mais diversas situações de negação e desvalorização, ainda assim desenvolvem seus trabalhos na escola do campo e mantém a estima pelo ofício de educador.

⁶ Relato realizado em reunião, no dia 23 de Março de 2012. Estavam presentes nove educadores da rede pública, 2 bolsistas do Observatório II e a coordenadora do projeto, Prof^a. Dr^a. Sônia Beltrame.

A atividade de formação tem-se demonstrado como uma ótima oportunidade para os educadores e demais envolvidos com a Educação do Campo. Conforme Oliveira e Montenegro (2010, p.65), “entre as transformações fundamentais para a concepção da escola do campo encontra-se a formação de educadores, principais agentes deste processo”. Esta atividade de formação está agendada até novembro deste ano e certamente gerará ainda muitas questões, tanto para os educadores como para os bolsistas do projeto.

Ainda que de forma parcial, visto que o subprojeto está em andamento e que conta ainda com muito trabalho pela frente, podemos também dizer que é possível identificar no campo, “territórios de resistência”. Como ressalta Rui Canário (2000, p.127), as zonas rurais:

[...] Aparecem por um lado, como bastiões de resistência contra a tendência corrente de massificação, de normalização e da unidimensionalidade, e por outro lado, como laboratórios virtuais de experiências alternativas de natureza social e econômica, capaz de associar todas as dimensões humanas e sociais do desenvolvimento.

Nesse sentido, no caso de Santa Rosa de Lima, podemos valorizar como experiência alternativa a adesão ao modelo agroecológico de produção, ainda em processo de expansão e que aos poucos tende a fazer frente aos modelos agrícolas baseados no monocultivo e na degradação do meio ambiente. Segundo levantamento do Sindicato Nacional de Indústria e Defesa Agrícola (Sindag), “o Brasil passou a ser o maior consumidor mundial de agrotóxicos a partir de 2008”. (SAUER, 2010, p.147). Logo, uma alternativa que preza pelos alimentos orgânicos é muito mais interessante tanto do ponto de vista ambiental, como também político e econômico. Também é possível relacionar a este processo alternativo o turismo rural como nova modalidade econômica do município e que, futuramente certamente será objeto de análise deste subprojeto, já que se configura como um dos itens das novas ruralidades, empregando jovens, criando empregos e rentabilidades para as famílias rurais.

Por fim, cabe ressaltar que as discussões da Educação do Campo tem nos demonstrado que é preciso ir adiante nas questões ligadas ao mundo rural, na luta pela identidade e culturas dos povos do campo. Como lembra Ilma Machado (2009, p.197) “é preciso fazer uma educação que assuma a identidade do povo do campo, respeitando seu modo de vida, sua dinâmica social e acolhendo seus saberes e experiências no processo pedagógico”. Temos como hipótese, portanto, que há grandes possibilidades no diálogo entre Educação e um projeto de vida sustentável, com dignidade e várias perspectivas de futuro. Lembrando que hipótese, conforme Maria Cecília Minayo (2010, p.43), “é também um diálogo que se

estabelece entre o olhar criativo do pesquisador, o conhecimento existente e realidade a ser investigada”.

Ainda que a educação esteja condicionada pela realidade social na qual está inserida, é interessante lembrar, como faz Dermeval Saviani (1991, p.75) que “ainda que elemento determinado, não deixa de influenciar o elemento determinante. Ainda que secundário, nem por isso deixa de ser instrumento importante e por vezes decisivo no processo de formação de transformação da sociedade”. O subprojeto tem ainda três anos de execução e até lá teremos muito que aprender: bolsistas e educadores da rede pública. Como lembra o educador Paulo Freire (2008, p.69) “Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito”.

Referências bibliográficas

CALDART, Roseli Salete. A educação do campo e a perspectiva de transformação da forma escolar. IN: MUNARIM, Antônio e outros (org.). **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto Societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. IN: MUNARIM, Antônio e outros (org.). **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 30ª ed. Rio de Janeiro: vozes, 2011.

MUNARIM, Antônio et. al. **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Ed. Insular: Florianópolis, 2010.

OLIVERA, Liliane Lúcia Nunes de Almeida e MONTENEGRO, João Lopes de Albuquerque. Panorama da Educação do Campo. IN: MUNARIM, Antônio e outros (org.). **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Alfabetismo e atitudes**. 4 ed. São Paulo: Papirus, 2009.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SECCO, Lincoln. **Caio Prado Junior: o sentido da revolução**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. IN: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**. São Paulo: Global, 2003.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**. Expressão popular: São Paulo, 2005.

Online

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em: <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturafamiliar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf/view> . Acesso em: Jul. 2011.

BRASIL. **Lei 11.326 de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm Acesso em jul. 2012.

CANARIO, Rui. **A escola do mundo rural: contributos para a construção de um objecto de estudo**. Educação, Sociedade e Culturas, n.º 14. 2000. P.121-139. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC14/14-7-canario.pdf> Acesso em Jul. 2012.

FLORENCE, Afonso. **O plano safra 2011/2012 e a organização da economia na agricultura familiar**. *Carta Maior*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18047 >. Acesso em Jul. 2012.

PEREIRA, João M. M. A política agrária do Banco Mundial em questão. **Estudos avançados**. Vol.20 no.57 São Paulo Mai/Aug. 2006 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200024>. Acesso em jul. 2012.

Governo Federal. **IBGE - Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> . Acesso em: jul. 2012.

MACHADO, Ilma Ferreira. **Um Projeto Político Pedagógico para escola do campo**. Disponível: http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq8/11_projeto_politico_cp_8.pdf. Acesso em Jul. 2012.